



Qualidade de Vida para todos

Acesso à Habitação

Isaltino Morais continua a assentar as suas propostas de habitação repetindo à exaustão o slogan do “fim das barracas”. Acontece porém que, ultrapassados os problemas das barracas e a fase da construção em massa para venda à classe média dos anos 1990/2000, Oeiras enfrenta agora grandes e novas dificuldades para as quais urge dar respostas, e que se prende com as dificuldades no acesso à habitação, não apenas para as famílias de menores rendimentos, mas também para a classe média: Oeiras possui o terceiro lugar nos preços mais caros do imobiliário, logo a seguir a Lisboa e Cascais.

A política de construção sem limite da CMO não resolve este problema, porque essa construção é dirigida à classe média alta e apenas faz aumentar os preços e tornar mais difícil à própria Câmara Municipal negociar contrapartidas com os promotores.

O resultado da gestão urbanística da CMO parece ser apenas esse: muita construção dispersa, tornando as pessoas dependentes do automóvel particular; estradas largas sem passeios nem lugares para estacionar; ruas sem espaço para as pessoas idosas ou com bebés. Arranjo de canteiros, rotundas, iluminação decorativa, e muita estatúária não disfarçam esta realidade.

Na estratégia local de habitação aprovada em 2019, a CMO apresenta um conjunto de respostas ao abrigo do programa 1.º Direito – para agregados familiares que habitam em condições indignas e cujo rendimento mensal seja inferior a 1743€ – mas volta a cometer o mesmo erro: muita construção de empreendimentos ou blocos isolados.

A CM de Oeiras persiste num modelo ultrapassado: há muitos exemplos, noutras cidades portuguesas e noutras países, que mostram que é possível seguir outro caminho, um caminho que promova o acesso à habitação, a qualidade de vida e a integração da comunidade.

Com o seu voto, poderemos fazer diferente!

- Recorrer a formas diversificadas de acesso a uma habitação acessível, aproveitando todos os recursos disponíveis: Reabilitação de imóveis públicos, construção de habitação municipal, colaboração com promotores privados para promover a oferta de habitação acessível, incentivo aos proprietários para arrendamento acessível, a complementar com subsídios de renda aos moradores (por exemplo, apoio extra ao Porta 65).

- Apostar no arrendamento e na mobilidade social: A venda de habitação deixa as famílias endividadas ou oneradas com custos de manutenção e impede a utilização desses recursos para dar resposta a necessidades futuras; a habitação social deve ser um ponto de partida para as famílias melhorarem as suas condições e não um destino para o resto da sua vida.

- Dar uma resposta integrada em lugar da segregação, não limitando as famílias carenciadas aos empreendimentos de habitação social e criando soluções junto das famílias da classe média e dos jovens.

- Apoiar os proprietários e os condomínios na reabilitação dos edifícios, na melhoria da eficiência energética e na adaptação às acessibilidades, e aplicar os mecanismos legais de reabilitação urbana e de reabilitação de edifícios devolutos para habitação.

- Apoiar iniciativas de habitação colaborativa e a criação de bairros sustentáveis, através da cedência de terrenos a cooperativas para arrendamento, associando a criação de habitação acessível ao reforço dos laços comunitários e à sustentabilidade.

- Orientar as regras urbanísticas para a promoção da habitação acessível, disciplinando as expectativas e estabelecendo contrapartidas adequadas (por ex., utilizando instrumentos previstos na lei como as cedências para habitação acessível em empreendimentos privados).

- Articular a habitação com os equipamentos urbanos, facilitando o acesso direto aos serviços urbanos (saúde, escolas, correios, etc.) ao comércio local, a espaços de lazer e também a espaços de trabalho (por exemplo, colocar espaços de trabalho em lojas vazias, complementados com áreas de lazer, de modo a que os residentes possam fazer tele-trabalho em condições adequadas perto de casa – coworking de bairro.